



Boletim do OBSERVATÓRIO DA REGIÃO METROPOLITANA de Manaus



EDITORIAL

Nos últimos anos, o poder público do Estado do Amazonas investiu pesadamente em obras de infra-estrutura como pontes, linhões de transmissão de energia e gasodutos. Foram investidos bilhões de reais para melhorar o deslocamento intermunicipal, aperfeiçoar a distribuição de energia elétrica, ampliar o acesso ao ensino superior entre outros benefícios. Estas obras, no entanto, estão ampliando impactos sociais e ambientais como o aumento do desmatamento, assoreamento de igarapés, aumento da violência e crescimento urbano desordenado nos municípios do interior. Para viabilizar uma política integrada de desenvolvimento, o governo do Amazonas criou a Região Metropolitana de Manaus (RMM), uma iniciativa que, no entanto, não tem sido eficiente para conter os problemas socioambientais na região.

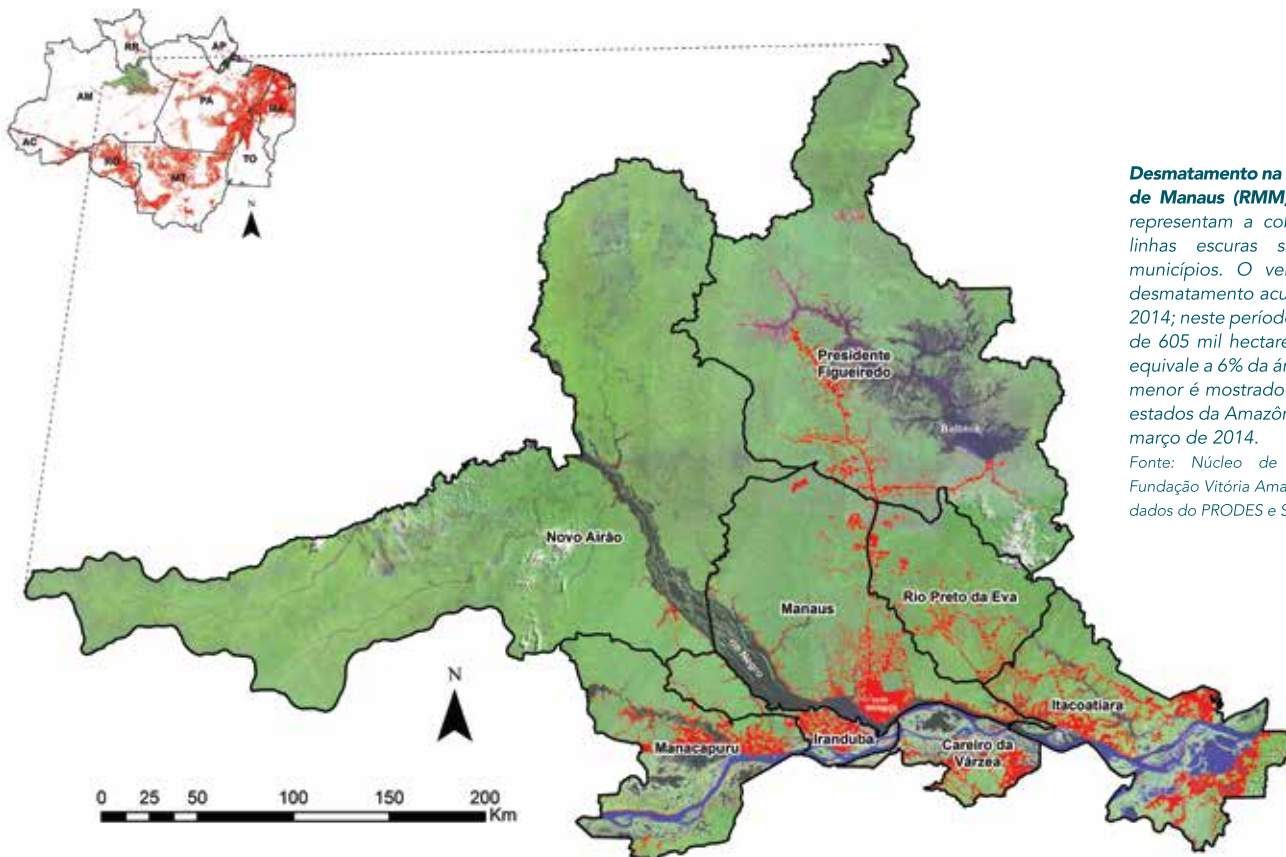
Este cenário levou a Fundação Vitória Amazônica (FVA) a criar o **Observatório da RMM**. Nosso objetivo é servir de veículo crítico, técnico e propositivo às iniciativas

públicas e privadas que tenham impactos sobre o meio ambiente e comunidades da RMM. Também queremos divulgar experiências de êxito do poder público, da sociedade civil organizada e do empresariado comprometidos com a busca do desenvolvimento econômico sustentável e adequado às especificidades da região amazônica.

Nesta edição inaugural do **Boletim do Observatório da RMM** analisamos a perda de cobertura florestal na região e enfatizamos o importante papel que as áreas oficialmente protegidas, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, desempenham no processo de desenvolvimento da RMM. Este é o número inaugural de um boletim que esperamos tenha vida longa na luta por um mundo melhor onde o respeito ao meio ambiente faça parte de uma política responsável, eficiente e ética.

Sérgio Henrique Borges

Programa de Conhecimento e Conservação
Fundação Vitória Amazônica (FVA)



Desmatamento na Região Metropolitana de Manaus (RMM). As áreas em verde representam a cobertura florestal e as linhas escuras são os limites dos municípios. O vermelho representa o desmatamento acumulado até março de 2014; neste período foram perdidos mais de 605 mil hectares de florestas, o que equivale a 6% da área da RMM. No mapa menor é mostrado o desmatamento nos estados da Amazônia Legal Brasileira até março de 2014.

Fonte: Núcleo de Geoprocessamento da Fundação Vitória Amazônica (FVA) baseado em dados do PRODES e SAD.

REGIÕES METROPOLITANAS O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM?

Regiões Metropolitanas (RMs) se formam a partir de cidades que possuem alto grau de integração espacial, econômica, política e cultural. Regiões metropolitanas buscam o ordenamento e a gestão compartilhada do espaço através da busca de soluções de problemas comuns aos municípios. No Brasil, a criação e implantação destas regiões é prerrogativa do poder executivo estadual.

No Brasil existem 35 RMs e a Região Metropolitana de Manaus (RMM) é, provavelmente, a mais singular delas devido ao seu enorme território. A RMM é composta por oito municípios e possui mais de 100 mil km², uma área mais extensa do que Portugal ou de estados como Pernambuco e Santa Catarina. A RMM também possui a menor densidade demográfica do país com somente 20 habitantes por km².



Manaus é uma das maiores cidades da região norte do Brasil.

Além disso, dos municípios que compõem a RMM, apenas Manaus possui uma urbanização consolidada, ainda que com inúmeros problemas, concentrando em torno de 85% de toda a população da região.

A RMM possui características únicas e o enorme desafio de tornar o desenvolvimento de seus municípios um processo participativo e eficiente. Espera-se que os gestores públicos não tenham a visão limitada de que desenvolvimento só se consegue com obras faraônicas e caras. São necessários planejamentos bem desenhados que respeitem as peculiaridades e características sociais e ambientais dos municípios.

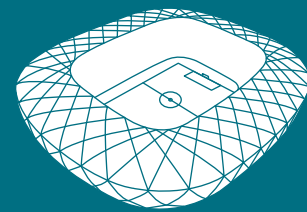
1.9 milhões

de pessoas residem em Manaus, a cidade que concentra a maior parte da população da RMM.

PERDENDO FLORESTAS NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

O Estado do Amazonas possui a mais extensa floresta tropical do mundo. No entanto, as taxas de desmatamento estão se ampliando em várias regiões dos Estados. Os municípios da RMM perderam quase 137 mil hectares de florestas de 1998 a 2013. Se somadas ao desmatamento acumulado até 1997 este número passa de 600 mil hectares de florestas perdidas no coração da Amazônia!! Desde 2007, quando a RMM foi criada, foram perdidos quase 36 mil hectares de florestas.

O desmatamento não avança do mesmo modo em todos os municípios que fazem parte da RMM. Novo Airão, por



Mais de
55 MIL

campos de futebol do tamanho da Arena da Amazônia foi a medida equivalente de perda de florestas na RMM desde 2007.



Projetos de infra-estrutura como a Ponte do Rio Negro podem ter ampliado as taxas de desmatamento na RMM.

exemplo, tem boa parte de suas florestas quase intactas. Por outro lado, mais de 20% das áreas dos municípios de Iranduba e Itacoatiara foram desmatadas. O caso de Iranduba é ilustrativo já que o município vem sendo palco de construção de grandes obras como a Ponte do Rio Negro, o gasoduto Coari-Manaus e o campus universitário da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Desde a construção da Ponte do Rio Negro, o desmatamento em Iranduba vem se intensificando através de invasões irregulares que visam a especulação imobiliária e a expansão urbana de Manaus.

As taxas de desmatamento na RMM são modestas quando comparadas com estados como Rondônia, Mato Grosso ou o leste do Pará que perderam milhões de hectares de florestas. Não se pode, porém, esperar que o desmatamento chegue a níveis alarmantes para então agir de forma remediativa. A sociedade e o poder público amazonense têm uma oportunidade única de planejar de modo responsável o desenvolvimento da RMM de forma a valorizar seus maiores patrimônios – as florestas e sua biodiversidade.

ÁREAS PROTEGIDAS DA RMM PROTEGENDO A BIODIVERSIDADE E GERANDO BENEFÍCIOS

Áreas protegidas (APs) são áreas regulamentadas e administradas pelo poder público com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas e podem ser criadas nas esferas nacional, estadual e municipal. No seu sentido amplo, as APs incluem desde pequenos Parques Municipais até Terras Indígenas e Parques Nacionais. Cada uma destas áreas é criada com objetivos específicos e possuem características distintas.

Na RMM existem 53 APs divididas em 12 categorias cobrindo uma área equivalente a quase 58% da RMM. Nenhuma região metropolitana do país possui tantos tipos de áreas protegidas cobrindo uma área tão expressiva. Os municípios da RMM com as maiores proporções em áreas protegidas são Iranduba (81%) e Novo Airão (81%); já Itacoatiara (4%) e Rio Preto da Eva (5.5%) têm as menores proporções de áreas protegidas.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são as áreas protegidas mais comuns na RMM, porém ocupam uma área bastante modesta. Por outro lado, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e os Parques Estaduais e Nacionais ocupam áreas bem mais significativas. Os órgãos públicos estadual (Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC) e federal (Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade – ICMBio) são responsáveis pela gestão de mais de 3.9 milhões de hectares de áreas protegidas na RMM, enquanto mais de 1.8 milhões de hectares estão sob



Ilhas do Rio Negro no Parque Nacional de Anavilhanas, importante destino turístico da RMM.

gestão direta da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e das comunidades indígenas.

Uma das funções das áreas protegidas é evitar que o desmatamento e a ocupação desordenada atinjam estes espaços. No entanto, isto nem sempre ocorre. O município de Iranduba, apesar da alta proporção de áreas protegidas, tem a mais alta porcentagem de área desmatada (21%). Por outro lado, municípios como Itacoatiara, Manacapuru e Careiro da Várzea tem pouca área protegida e alta proporção de desmatamento. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) gerenciadas pelos governos estadual e municipal é a categoria mais desmatada da RMM tendo perdido mais 142 mil hectares de florestas, o que corresponde a 82% do desmatamento dentro de áreas protegidas.

Além de proteger a fauna, flora e mananciais de água, as áreas protegidas também podem gerar benefícios financeiros para a sociedade. Os principais destinos turísticos da RMM, por exemplo, são o Parque Nacional de Anavilhanas e a Área de Proteção Ambiental da Caverna de Maroaga, duas áreas protegidas com significativas contribuições econômicas para os municípios onde estão localizadas.

Um dos grandes desafios da RMM é compatibilizar as demandas de desenvolvimento urbano e rural com o respeito às áreas protegidas. Um dos objetivos do Observatório da RMM é enfatizar a importância que as áreas protegidas tem para um desenvolvimento sustentável integrado a uma economia que considere os potenciais das áreas protegidas para benefício da sociedade amazonense.

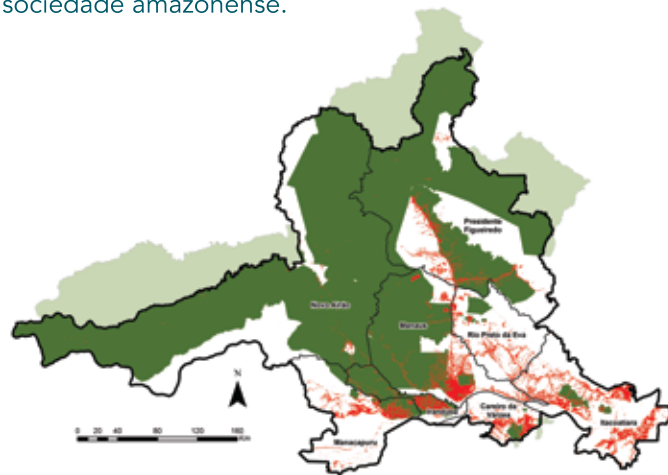
3.9 milhões

de hectares da RMM estão inclusos dentro dos limites de unidades de conservação estaduais e federais.

Número e área ocupada por diferentes áreas protegidas distribuídas em grandes categorias de gestão

| ESFERA DE GESTÃO | NÚMERO DE ÁREAS | ÁREA (HECTARES) | % da RMM |
|------------------------------|-----------------|------------------|-------------|
| Federal ¹ | 4 | 2.011.379 | 19.8 |
| Estadual ² | 10 | 1.930.171 | 19 |
| Municipal ³ | 12 | 540.48 | 0.5 |
| FUNAI/Indígenas ⁴ | 11 | 1.873.861 | 18.5 |
| Privada | 16 | 473 | 0.005 |
| TOTAIS | 53 | 5.869.932 | 57.8 |

1) Inclui Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 2) Inclui Áreas de Proteção Ambiental, Parques Estaduais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Estaduais, 3) Inclui Áreas de Proteção Ambiental, Parques Municipais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Refúgio da Vida Silvestre, 4) Inclui as Terras Indígenas.



As áreas protegidas, mostradas em verde no mapa, representam quase 58% da área da RMM e são estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região. Em vermelho é ilustrado o desmatamento na RMM e as linhas escuras ilustram os limites dos municípios.

ENTENDENDO A RMM DE PERTO UM DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE IRANDUBA

Grandes obras como o Gasoduto Coari-Manaus, a Ponte do Rio Negro e a construção do campus da UEA estão afetando a dinâmica sócio-econômica de vários municípios do baixo Rio Negro, com destaque para Iranduba. Entre os meses de março e maio a Fundação Vitória Amazônica (FVA), realizou um amplo diagnóstico em Iranduba para entender como as características sociais, econômicas e ambientais deste município estão sendo influenciadas por estas obras de grande porte. A intenção da FVA também foi identificar entidades do

1.09 bilhões



de reais foi o custo da Ponte do Rio Negro, que melhorou o deslocamento entre Iranduba e Manaus mas parece ter contribuído com a elevação do custo de vida e violência no município.



A destinação dos resíduos sólidos é um dos grandes desafios para os municípios da RMM.



Entrevista com moradora do meio rural de Iranduba.

setor público municipal e da sociedade civil organizada com interesse e potencial de trabalhar em parceria com a FVA.

Durante os trabalhos foram realizadas entrevistas com agricultores, instituições governamentais, organizações da sociedade civil e empresários locais. Os entrevistados identificaram os seguintes benefícios gerados pelas obras na região: i) geração de novos empregos, ii) facilidade de deslocamento para Manaus e iii) melhoria no escoamento da produção agrícola. Por outro lado, foram apontados como impactos negativos: i) migração de moradores de Manaus acarretando uma piora nos serviços de educação e saúde no município, ii) aumento do custo de vida e iii) aumento dos casos de violência. Entre os impactos ambientais apontados ganharam destaques o uso indiscriminado de agrotóxico, o assoreamento de igarapés, a exploração ilegal de madeira e a destinação inadequada de lixo e resíduos.

O Diagnóstico Socioambiental de Iranduba: área rural e urbana foi elaborado pela FVA e o documento final será disponibilizado para todos os participantes da pesquisa e para a sociedade em geral. Os resultados deste estudo subsidiarão ações futuras da FVA no município nas áreas de políticas públicas e de educação ambiental.

A Fundação Vitória Amazônica é uma entidade da sociedade civil amazonense com mais de 20 anos de existência. Em parceria com o Fundo Vale, a FVA esta implementando o projeto **Gente para conservação e Conservação para Gente: formando lideranças para o futuro do baixo Rio Negro – Amazônia.**

www.fva.org.br

@FVA_Brasil

Fundação Vitória Amazônica

@vitoriamazonica

Fundação Vitória Amazônica - FVA

Produzido por:



FUNDAÇÃO
VITÓRIA
AMAZÔNICA



AMAZÔNIA
SOCIOAMBIENTAL

Apoiadores



FUNDO VALE



Gordon and Betty
MOORE
FOUNDATION

Colaboraram com este número

- Sérgio Borges (FVA) – Produção e edição final de textos
- Fabiano Silva (FVA) – Revisão de textos
- Marcelo Rodrigues – Produção de textos

- Yara Camargo (FVA) – Produção de textos
- Marcelo Moreira (FVA) – Produção de textos e mapas
- Ana Matos (AS) – Projeto gráfico